

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CENÁRIO DE INCERTEZAS: subjetivações para (re)existências

Elza Margarida de Mendonça Peixoto¹

RESUMO

Um ciclo de crise de acumulação promove a expansão do capitalismo financeirizado. Na esteira de movimento da economia política, abre-se um ciclo de conversão das políticas sociais, particularmente saúde e educação, em objeto de investimento e especulação financeira, promovendo-se uma ampla reforma educacional que impacta a carreira, os salários e as condições de trabalho dos professores. Neste artigo propõe-se o redimensionamento dos referenciais a partir dos quais são propostas saídas para a formação de professores, visando uma investigação materialista e dialética das condições que efetivamente determinam a realidade objetiva na qual os professores atuam, impactando suas subjetividades. Defende-se a formação científica para a interpretação das realidades e a ação consciente e organizada em direção às lutas para a transformação material.

Palavras-chave: Crise de Acumulação. Financeirização. Reformas Educacionais. Formação de Professores. Ciência.

1

TEACHER TRAINING IN UNCERTAINTY SCENARIO: subjectivities for (re)existences

ABSTRACT

A cycle of accumulation crisis promotes the expansion of financialized capitalism. In the wake of the political economy movement, a cycle of conversion of social policies, particularly health and education, into an object of investment and financial speculation, promoting a broad educational reform that impacts the career, teachers' salaries and working conditions. The article proposes to resize the references from which we are proposing outputs for teacher training with a view to materialistic and dialectical investigation of the conditions that effectively determine objective reality in which teachers act impacting their subjectivities. It defends the scientific formation for the interpretation of the realities and the conscious and organized action towards the struggles for its material transformation.

Keywords: Accumulation crisis. Financialization. Educational Reforms. Teacher Training. Science.

¹ Doutorado em Filosofia e História da Educação (UNICAMP, Brasil, 2007). Pós-Doutoramento em Filosofia da Educação no Departamento de Filosofia da Universidade de Lisboa (Portugal, 2014-2015). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia – Brasil. Investiga as Políticas de Trabalho e Educação na perspectiva do Materialismo Dialético. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4430-241X>. E-mail: elza.peixoto@ufba.br

FORMACIÓN DE PROFESORES EN ESCENARIO DE INCERTIDUMBRES: subjetivaciones para (re)existencias

RESUMEN

Un ciclo de crisis de acumulación promueve la expansión del capitalismo financierizado. En la estera del movimiento de la economía política, un ciclo de conversión de políticas sociales, particularmente salud y educación, en objeto de inversión y especulación financiera, promoviendo una amplia reforma educativa que impacta en la carrera, en los salarios de los profesores y en las condiciones de trabajo. El artículo propone redimensionar las referencias a partir de las cuales estamos proponiendo salidas para la formación docente con vistas a la investigación materialista y dialéctica de las condiciones que efectivamente determinan la realidad objetiva en que los profesores actúan impactando sus subjetividades. Defiende la formación científica para la interpretación de las realidades y la acción concientes y organizadas para las luchas por su transformación material.

Palabras clave: Crisis de acumulación. Financeirización. Reformas Educativas. Formación de Profesores. Ciencia.

INTRODUÇÃO

Um problema assoma de uma necessidade. Saviani (2007, p. 18) vai mais longe ao sinalizar que, em relação dialéctica, um problema implica “[...] tanto a conscientização de uma situação de necessidade (aspecto subjetivo) como uma situação conscientizadora da necessidade (aspecto objetivo).” Reconhecemos a formação de professores em uma conjuntura de crise econômica, social, política e educacional, uma problemática científica de extrema relevância para a projeção de saídas que contribuam para a transformação da educação e da realidade brasileira.

A formação e o trabalho de professores na formação social brasileira estão atravessados por incertezas que decorrem – no seio da crise de acumulação capitalista (FILGUEIRAS, 2010) e reestruturação produtiva – de uma sucessão de reformas trabalhistas (KUENZER, 2021), previdenciárias e educacionais, associadas a uma reforma do Estado (LEHER, 2021; ROSSI *et al.*, 2019). De caráter conservador (SOUZA, 2021), orientadas pela ideologia da austeridade fiscal (ROSSI *et al.*, 2019), mas essencialmente centradas no interesse de mercado (LEHER, 2021; GOMES; LEHER; COSTA, 2020; SEKI, 2021; FREITAS, 2018), essas reformas transformam e impactam profundamente a

educação pública, ao menos no século XXI e, de forma mais agravada, após o golpe de 2016 e pós-pandemia de coronavírus (SAVIANI, 2020), tornando-se um problema candente compreender e agir sobre as determinações deste quadro conjuntural.

No seio desse conjunto de reformas que carecemos compreender em sua totalidade, os professores se deparam com:

- ✓ um discurso de austeridade que, sob o argumento da responsabilidade fiscal, apregoa a contenção dos gastos públicos, sendo o ápice dessa construção neoliberal o congelamento de gastos com educação e saúde por 20 anos (Emenda Constitucional 95), provocando impacto profundo na direção das políticas educacionais, tais como corte de verbas, não cumprimento da determinação constitucional de recomposição dos salários em relação às perdas inflacionárias, transferência da obrigação do Estado em garantir a educação para a iniciativa privada e não realização de concursos públicos na proporção necessária às carências de pessoal (ROSSI *et al.*, 2019);
- ✓ a expansão das “[...] contratações precárias por meio de trabalho temporário [...] com benefícios e salários inferiores”, nas quais imperam “[...] alta taxa de rotatividade, baixos salários e ausência de direitos” (SILVA, 2020, p. 590-591; KUENZER, 2021);
- ✓ a instabilidade no emprego e a insegurança financeira decorrentes da flexibilização dos contratos, do trabalho intermitente e da remuneração condicionada à demanda (SILVA, 2020; SILVA; MOTTA, 2019; KUENZER, 2021), do rebaixamento salarial (JACOMINI; GIL; CASTRO, 2019, p. 261; SILVA; FISCHER, 2023, p. 275-276), da não reposição de perdas inflacionárias e do endividamento (PUENTE; JANONE, 2022; RIBEIRO;

LARA, 2016)² que corroem os já baixíssimos salários (BERTÃO, 2021)³ pagos aos trabalhadores da educação no Brasil;

- ✓ as reestruturações dos processos de trabalho, que envolvem uso intensivo das tecnologias de ensino, materiais pedagógicos padronizados, redução da quantidade de disciplinas e ampliação da quantidade de vagas por disciplinas reestruturadas para atender a mais cursos com menor quantidade de professores, o fechamento de escolas (ALENTEJANO; CORDEIRO, 2019), o aumento de quantidade de turmas e estudantes por turma, o trabalho remoto, a uberização, a yutuberização e outras formas de precarização, flexibilização, intensificação e agravamento das condições do trabalho docente, na esfera pública e privada (SILVA, 2020; GOMES; LEHER; COSTA, 2020);
- ✓ o impedimento de licenças para capacitação, obrigando os que ousam capacitar-se a extensas jornadas de trabalho com ensino e estudos de pós-graduação, levando os professores a empreender ações judiciais pelo direito à capacitação;
- ✓ a alta agressividade dos governos sobre os professores que ousam organizar-se e fazer a luta política por melhores salários e condições de trabalho (EVANGELISTA *et al.*, 2022; FACCI, 2019);
- ✓ a campanha pelo silenciamento político dos professores na forma da “Escola Sem Partido”, denominada pelos professores de “Escola da

² Puente e Janone (2022) informam que o endividamento já atinge 77,7% das famílias brasileiras. Ribeiro e Lara (2016, p. 345) destacam o seguinte: “Em relação ao crédito consignado, trata-se de serviço financeiro mais seguro para as agências prestamistas. Regulamentado em 2003, na onda da contrarreforma da Previdência Social, esse produto financeiro foi liberalizado pelo governo federal principalmente para funcionários públicos, aposentados e pensionistas.” Os autores reconhecem o “[...] crescimento gigantesco dessa modalidade de 2003 a 2013, sendo que ‘em dez anos de execução o consignado cresceu 810,13% em operações realizadas e 575,76% em valor de empréstimo’ para aposentados e pensionistas, segundo dados do INSS – Ministério da Previdência Social. É importante mencionar que tal empréstimo, sem riscos para o prestamista, tornou-se uma poderosa alavanca do ‘capital portador de juros’” (RIBEIRO; LARA, 2016, p. 345).

³ Com base na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (DIEESE, 2023), o salário mínimo nominal e necessário, calculado pelo DIEESE para fevereiro de 2023 é de R\$ 6.547,58 e o de fevereiro de 2022, R\$ 6.012,18. Bertão (2021), em matéria publicada em 2021 e atualizada em 2022, apresenta um balanço do salário médio de um professor em cada estado brasileiro. Nos estados nos quais os salários eram maiores, os valores estavam abaixo do salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE para fevereiro de 2022: Distrito Federal (R\$ 5.167,64), Pará (R\$ 4.341,34) e Maranhão (R\$ 4.223,44).

- Mordaça” ou “Escola de Partido Único” (SOUZA, 2021; FRIGOTTO, 2017; RAMOS, 2017);
- ✓ a expansão da privatização pela campanha da legalização do *homeschooling*, quando o liberalismo é retomado para fundamentar a luta contra a educação pública estatal, no qual o individualismo assoma política, provocando sérias implicações à campanha da desescolarização e representando “[...] uma séria tendência de retirada de esforços coletivos e privatização do controle na perseguição de vantagens individuais” (BARBOSA, 2016, p. 160; ADRIÃO; GARCIA, 2018; OLIVEIRA; BARBOSA, 2017);
 - ✓ a pressão para uma educação voltada ao mercado de trabalho flexível, na direção de uma subjetividade flexível, de “[...] subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com a fluidez e que se submetam a relações de trabalho flexibilizadas/precarizadas” (KUENZER, 2021, p. 237-238), disponíveis para ensinar e aprender a aprender, ou aprendizagem flexível;
 - ✓ o perseguir de diretrizes avaliativas estabelecidas em acordo com organismos internacionais que sobrecarregam os professores, reformulando a natureza de suas atividades e “[...] tirando-lhes a autonomia de ensinar, de educar e avaliar” (FRIGOTTO, 2017, p. 29), hiper-responsabilizando-os pelo sucesso dos estudantes nas escolas (SOUZA, 2021);
 - ✓ a campanha de desqualificação da escola, que respinga na autoridade dos professores em sala de aula, com crescimento da desconfiança, do desprestígio e do “ódio aos professores” (SOUZA, 2021; SILVA; FISCHER, 2023); a “[...] criminalização do trabalho pedagógico” (RAMOS, 2017, p. 75-85); o aumento do índice de violência nas escolas contra os professores e entre os próprios estudantes (FACCI, 2019; SILVA, 2020, p. 600; SOUZA, 2021; SILVA; FISCHER, 2023) vão justificar a militarização das escolas que ocorre nos estados da Bahia, Goiás, Paraná, entre outros, com incentivo federal durante o Governo

Bolsonaro, ou promovido pela união dos municípios no interior dos estados (BRITO; REZENDE, 2019; RÊSES; PAULO, 2019);

- ✓ acrescente-se a este processo “[...] a normalização das atividades de ensino por meio remoto”, intensificada no ciclo pandêmico, com “[...] transmissão de videoaula, plataformas online, tutorial/chats, orientações genéricas via redes sociais, na maioria das vezes por meio de recursos tecnológicos privados” (LAMOSA, 2021, 108), que levaram à imposição de relação com os conglomerados empresariais de educação, por meio de pacotes de ensino e plataformas digitais, aprofundando-se a expansão do trabalho para as horas vagas, o aumento da jornada de trabalho não remunerada, o “[...] custeio dos instrumentos de trabalho pelo próprio trabalhador” (SILVA, 2020, p. 598-599) e a perda de autonomia e intensificação do monitoramento, vigilância, fiscalização e controle do trabalho dos professores (LAMOSA, 2021; SOUZA, 2021);
- ✓ Nas contradições de um quadro conjuntural perverso que altera radicalmente o modo de ser professor (LAMOSA, 2021; SOUZA, 2021; FRIGOTTO, 2017), expande-se o adoecimento docente (FACCI, 2019; LIMA *et al.*, 2023).

Os educadores brasileiros⁴ estão desafiados a resistir a esse intenso ataque, e a garantir a formação de futuras gerações de professores resistentes ao avanço contundente do interesse do capital financeiro pela política educacional como negócio lucrativo.

Esse quadro conjuntural profundamente adverso levou à organização do XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste (EPEN, 2022) – Reunião

⁴ Há um imenso contingente de trabalhadores espalhados por instituições públicas (municipais, estaduais e federais) e privadas (com ou sem fins lucrativos – no segundo caso, comunitárias, confessionais e filantrópicas), associadas ou não ao setor produtivo, bancário, comerciário, de transportes, agrário, às forças armadas e à segurança pública, que podem ser qualificados como educadores. A Classificação Brasileira de Ocupações lista mais de 133 categorizações referentes a professores que se reconhecem como tal. O debate brasileiro acerca do rebaixamento das condições de trabalho está particularmente atento àqueles educadores que atuam no setor público, o que demarca nossas reflexões, mas também nos obriga a alertar para a expansão da categoria, promovida pela dispersão do trabalho educativo e pelo avanço da mercadorização e do controle ideológico.

Científica Regional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação da ANPED – a propor a mesa de trabalho “Formação de professores em cenários de incertezas: subjetivações para (re)existências”. Reconhece-se com a temática proposta que os professores que produzem no Brasil a pesquisa e a pós-graduação (particularmente na Região Nordeste) são chamados a pensar o problema da formação em um quadro de crise conjuntural profunda. Entretanto, adota-se um raciocínio circular em que todos os professores (tomados abstratamente) somos chamados a resistir e surgimos como indivíduos isolados que temos que arrancar de dentro de nós as forças para continuar a luta pela formação em nível de pós-graduação. Este encaminhamento reflete contradições no âmbito das teorias explicativas para o quadro conjuntural que estamos vivendo, situando-se num processo de recuo da teoria (MARCONDES DE MORAES, 2001) e de giros linguísticos que visam transferir para a linguagem operações de luta efetiva a ser conduzida nas realidades. Reconhecemos também que o tema objeto da mesa porta a referência a um “cenário de incertezas” que carrega uma importante sugestão de conexão entre um determinado cenário conjuntural e uma subjetividade que é convocada a ser resistente e a reformular a existência. O acento na saída individual não conseguiu apagar a sinalização de que nossas subjetividades respondem a algo que está fora de nossas consciências, que é referido como um “cenário de incertezas”.

É possível aprofundar essa contradição de fundo que o tema reflete abordando rapidamente a diferença na lógica explicativa produzida (i) pela ontologia subjacente ao liberalismo e (ii) pela ontologia subjacente ao materialismo dialético, de forma a destacar como respondem de forma oposta ao problema da formação subjetiva para a consciência e como reação à realidade objetiva.

ONTOLOGIAS CONTRADITÓRIAS

É necessário começar por recordar que, em relações de produção capitalistas, toda a nossa formação é empurrada para uma sociabilidade individualista/liberal assentada na concorrência e no elogio dos feitos

tomados como produções e conquistas individuais. Na perspectiva do liberalismo, a referência à subjetividade está assentada em uma ontologia (uma concepção de ser) que nos percebe como agentes isolados, cuja história individual determina a história da humanidade. Nesse caso, somos chamados sempre a ser super-heróis! Na ontologia em que se sustenta o liberalismo (não por acaso), o cenário de incertezas aparece como um acaso que pode ser enfrentado pelo sujeito onisciente, onipresente e onipotente, que se abala, mas é resiliente frente às pressões, toma fôlego, resiste e produz um (re)existir. Nessa lógica, “subjetivações para (re)existências” aponta na direção de projetar/plantar/realizar/formar em cada indivíduo professor – tomado de forma isolada – o fôlego para emergir e disputar o futuro.

Entendemos que essa lógica nos coloca em um círculo vicioso, pois sugere que a saída dos cenários de crise que estamos vivendo é subjetiva, da esfera da intimidade da consciência e da delicada lógica de valores que enfatiza a figura do herói imprescindível e de pé acima de tudo. Repõe, desta forma, a responsabilidade por produção de saídas na esfera de decisão de um ser tomado de forma isolada, tornado isoladamente responsável por produzir o futuro, ainda que o esforço de pensar o futuro se dê dentro da ANPED enquanto entidade coletiva. Neste caso, a (re)existência depende do ato individual de resistir, persistir, perseverar frente ao possível pessimismo que a conjuntura nos empurra – a esperança é um pulso interno que rebrota porque nos obrigamos a não desistir. Somos remetidos por esse caminho aos produtivismos, à meritocracia, a fazer isoladamente a história, promovendo o surgimento do seu oposto contraditório, que se expressa de forma extremada no adoecimento daqueles que não se encaixam.

Como contraposição a essa ontologia individualista/liberal, funcional ao capitalismo, reivindicamos aquela que o socialismo científico descortina, quando aponta, por meio do materialismo dialético, que somos em relações contraditórias e dialéticas, em constante movimento e mudança, com a natureza e com os outros seres humanos com os quais produzimos nossa existência em uma dada conjuntura histórica marcada pela concentração das forças produtivas e pela exploração dos que, por processos históricos

complexos, restaram expropriados dos meios de vida, com a finalidade de extração de mais valia (MARX, 1989). A possibilidade de a humanidade avançar passa necessariamente pelo encerramento desse ciclo de concentração da riqueza social, pela luta coletiva para que seja dado a todos e a cada um conforme a sua necessidade e exigido de cada um conforme a sua possibilidade. Sob essa matriz, somos aquilo que as condições históricas possibilitam que sejamos.

A perspectiva de superação dos problemas passa necessariamente pelo enfrentamento radical das estruturas que os produzem. Ainda que a consciência dos problemas seja um passo fundamental, não é a tomada de consciência dos problemas que determina a existência, mas sim a produção da existência que determina/desenvolve/possibilita as subjetividades. E sempre na perspectiva da inserção efetiva no movimento das coletividades orientada por uma cuidadosa e continuada leitura do movimento das realidades (MARX, 2011; MARX, 2012; ENGELS, 2018; MARX e ENGELS, 2007; MARX e ENGELS, 2005).

O tema objeto da ANPED contempla aquela leitura idealista sobre a possibilidade dos sujeitos na história, mas abre-se também com ele outra direção a desenvolver. Aquela direção que reconhece que é o cenário de incertezas que nos abala e que determina a nossa subjetividade; e é sobre o cenário de incerteza que precisamos agir, não como indivíduos, mas como coletividade. Nessa direção, a tarefa dos que formam os professores passa a ser preparar subjetivamente os professores para reconhecer (a) as determinantes deste cenário de incertezas; e (b) e as demandas organizativas que possibilitam intervir coletivamente para a superação desse cenário de incertezas. Mas qual o caminho possibilita essa realização? Aqui, reencontramos na tradição do materialismo dialético o problema da prática como *transformação material* (BARATA-MOURA, 1994, p. 87-104).

OUTRA MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA A RELAÇÃO REALIDADE/CONSCIÊNCIA

Enquanto abordagem que desde a sua fundação reivindica o saber fundamentado, o materialismo dialético recorda a todos nós que a

possibilidade de nossa subjetividade se encontra determinada pela produção de nossa existência objetiva, o que leva os seus fundadores a concluírem que “[...] é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (MARX, 2011, p. 5). O reconhecimento da determinação da existência desse ser que só pode ser em relações com outros seres e com a natureza – este ser social – exige que compreendamos que “[...] o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral” (MARX, 2011, p. 5). O modo da produção da vida material condiciona nossas subjetividades, condiciona o modo como refletimos sobre as condições em que existimos. E é esta a fresta que se abre quando o EPENN identifica como problemática significativa a contradição da formação (da subjetividade) dos professores em uma conjuntura de crise/incertezas.

Ora, o materialismo dialético reivindica a subjetividade quando sinaliza como traço fundamental da humanidade a atividade consciente orientada à finalidade de transformar a realidade externa, cujo movimento dialeticamente vai nos transformando – é exatamente essa a definição que Marx dá ao trabalho (MARX, 1989, p. 202). O convite para formar a subjetividade para (re)existir porta a demanda, justamente, do sujeito abalado pelas incertezas, para uma resistência proativa. Como ser proativo ante o desconhecido e o incerto? A possibilidade de atividade consciente orientada à finalidade de transformar a realidade externa, cujo movimento dialeticamente vai nos transformando, exige o conhecimento prévio das condições sobre as quais vamos intervir. É exatamente esse cenário de incertezas que deve ser investigado, conhecido, pensado e transformado.

Na contramão da negação das possibilidades da razão e da ciência e na contramão do recuo da teoria (MARCONDES DE MORAES, 2021), o materialismo dialético, pelos caminhos da investigação científica das realidades, convida ao conhecimento e à intervenção coletiva nesta realidade determinante. Aqui, a cientificidade é compreendida como reconhecimento da objetividade em movimento contraditório e dialético de relações que são antecedentes, determinantes e constitutivas do processo de

conhecimento no qual conhecemos, somos transformados e transformamos as realidades sobre as quais operamos.

UM CONVITE AO CONHECIMENTO DA REALIDADE QUE DETERMINA O CENÁRIO DE INCERTEZAS

Entendemos que as premissas anteriormente anunciadas nos desafiam a investigar as condições externas às nossas consciências que estão promovendo a instabilidade que nos ameaça subjetivamente como indivíduos e coletividade! Precisamos reconhecer que aquilo que é o ser⁵ do professor, o modo como conseguimos ser professores, encontra-se determinado pelo estágio de desenvolvimento da educação nas contradições do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas na fase de dominância do capital financeiro (CHESNAIS, 2005; CHESNAIS, 2010; HARVEY, 2011) na qual nos encontramos. Isso exige a humildade de reconhecer que nossas individualidades e subjetividades estão profundamente relacionadas e determinadas pela posição que as relações de produção nos legam, o que não significa de forma alguma recusar a necessidade continuada de ação coletiva para a transformação dessas realidades.

Como conhecer efetivamente essa posição? Estamos convencidos da necessidade de avançar para a produção de uma visão de síntese das múltiplas determinações que incidem sobre as políticas de trabalho e formação predominantes na formação social brasileira, constitutivamente imbricada na condição em que se desenvolve toda a América Latina, subordinada à expansão do capitalismo em suas várias fases, denunciada em as “Veias abertas da América Latina”, de Eduardo Galeano. Trata-se de quebrar a formação disciplinar que nos limita às áreas do conhecimento, e retomar a perspectiva de totalidade reivindicada pelo materialismo dialético.

⁵ Em termos ontológicos, tomamos o ser como unidade complexa de relações determinadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção da existência social. A individualidade se constitui nas relações contraditórias nas quais se movimenta o todo.

Nesse sentido, para além das teorias sobre os processos de acesso ao conhecimento, mais que as teorias pedagógicas, mais que a didática, os professores necessitam ser formados para os nexos mais complexos em que a educação vai sendo constitutiva da economia política, desde as primeiras leis fabris!

Não avançaremos se continuarmos tratando de forma isolada as múltiplas determinações que definem as condições de trabalho e formação dos professores na formação social brasileira. Há neste momento, inclusive dentro da ANPED, um coletivo importante de intelectuais brasileiros que investigam a política educacional nos nexos com a economia política, visando compreender como o capitalismo se volta, nos últimos 50 anos, à conversão da educação em território de circulação e extração de mais valor. Esses coletivos devem ser levados ao centro dos esforços de compreensão dos nexos complexos em que nossas subjetividades (espantadas, assustadas e assombradas, porque despreparadas e desconhecedoras da realidade em que nos movemos) são convocadas a enfrentar e empurrar revolucionariamente esse cenário de incertezas para uma saída superadora.

Em uma síntese provisória, entendemos que a formação e a atuação dos professores se encontram profundamente determinadas pela expansão do império do capital⁶ em fase de crise estrutural a que vem responder o

⁶ “O novo imperialismo que viria a surgir do naufrágio anterior não seria uma relação entre senhores imperiais e súditos coloniais, mas uma interação complexa entre Estados mais ou menos soberanos. O imperialismo capitalista certamente absorveu o mundo em sua órbita econômica, que era, cada vez mais, um mundo de Estados-nação. Os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra Mundial como a maior potência militar e econômica e assumiram o comando de um novo imperialismo governado por imperativos econômicos e administrado por um sistema de múltiplos Estados – com todas as contradições e os perigos que tal combinação apresentaria. Esse império econômico seria sustentado pela hegemonia política e militar sobre um complexo sistema de Estados, composto por inimigos que tinham de ser contidos, amigos que tinham de ser mantidos sob controle e um ‘terceiro mundo’ que tinha de ser colocado à disposição do capital ocidental.

[...]

O atual poder hegemônico pôde, crescentemente desde o final da Segunda Guerra Mundial e sem dúvida a partir do colapso do comunismo, ditar suas condições ao mundo, não sem coerção militar, mas certamente sem controle colonial direto. E descobriu várias maneiras de impor seus imperativos econômicos a Estados claramente independentes.

O início formal dessa nova ordem imperial pode ser datado com grande precisão durante e imediatamente após a guerra. Os Estados Unidos afirmaram sua supremacia militar com as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki; e sua hegemonia econômica com o

ultraliberalismo. Trata-se de um processo de reconfiguração da economia política em escala mundial que, sob a direção hegemônica dos imperativos do capital financeiro, reestrutura múltiplas dimensões da produção da existência hoje. Sem deixar de destacar o intenso debate internacional e nacional no processo de investigação e explicação do que estamos vivendo, selecionamos uma síntese de David Harvey acerca dos fluxos do capital⁷ pós-crise dos anos 1970. Interessa-nos particularmente a caracterização acerca do neoliberalismo:

[...] se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que está morto (HARVEY, 2011, p. 16).

Entre os “princípios pragmáticos” que o neoliberalismo reivindica e obrigou as economias que o assumiram a cumprirem (HARVEY, 2011; ANDERSON, 1995, p. 9-23), estão incluídos:

- (1) “[...] o poder de Estado deve proteger as instituições financeiras a todo custo”, concretizando-se numa política de “[...] privatizar os lucros e socializar os riscos; salvar os bancos e colocar os sacrifícios nas pessoas” (HARVEY, 2011, p. 16);
- (2) a partir de uma correta análise de que o obstáculo para a desenfreada acumulação capitalista consistia na organização dos trabalhadores, o

estabelecimento do sistema de Bretton Woods, o FMI, o Banco Mundial e, pouco mais tarde, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt, na sigla em inglês)” (WOOD, 2014, p. 100-101).

“A globalização realmente existente significa a abertura das economias subordinadas e sua vulnerabilidade ao capital imperial, enquanto a economia imperial continua protegida tanto quanto possível dos efeitos esperados. Globalização não tem nada a ver com liberdade de comércio. Pelo contrário, ela está associada ao controle cuidadoso das condições de comércio, no interesse do capital imperial” (WOOD, 2014, p. 103-105; Ver também p. 116).

⁷ “O capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado. É graças a esse fluxo que nós, que vivemos no capitalismo, adquirimos [...] todos os [...] bens necessários para garantir nossa vida no dia a dia. [...] Compreender o fluxo do capital, seus caminhos sinuosos e sua estranha lógica de comportamento é, portanto, fundamental para entendermos as condições em que vivemos” (HARVEY, 2011, p. 7).

- neoliberalismo empenhou-se em um complexo processo de reestruturação produtiva, desemprego em massa de força-de-trabalho, migração de força de trabalho mais barata para promover concorrência e rebaixamento dos salários em mercados de trabalho mais favoráveis aos trabalhadores, migração de empresas para áreas onde havia maior abundância de força de trabalho com rebaixamento dos salários e quebra da organização trabalhista em sindicatos (em processos complexos de apassivamento, cooptação de líderes sindicais e redução das taxas de sindicalização). A circulação dos capitais e o controle do fluxo da força de trabalho em todo o mundo foram facilitados pela revolução nos sistemas de comunicação, transporte e armazenamento;
- (3) a liberação das travas estatais ao fluxo dos capitais foi outro elemento fundamental do neoliberalismo;
- (4) a expansão do endividamento supriu a lacuna entre os ganhos salariais e a capacidade de consumo da força de trabalho (HARVEY, 2011, p. 9-40).

Nas palavras de Harvey (2011, p. 24), o “[...] capital financeiro fictício assumiu o controle” e a acumulação de capitais avançou vertiginosamente com a especulação financeira, surgindo o problema de “[...] uma massa crescente de dinheiro à procura de algo rentável para colocar-se” (HARVEY, 2011, p. 31). A síntese da tese de Harvey que pode ajudar a compreender a instabilidade em que vivemos é a seguinte:

Cada vez menos capital excedente tem sido absorvido na produção [...] porque as margens de lucro global começaram a cair depois de um breve ressurgimento na década de 1980. Numa tentativa desesperada de encontrar mais locais para colocar o excedente de capital, uma vasta onda de privatização varreu o mundo, tendo sido realizada sob a alegação dogmática de que empresas estatais são ineficientes e desengajadas por definição, e a única maneira de melhorar seu desempenho é passá-las ao setor privado [...]. Indústrias administradas pelo Estado [...] tiveram de ser abertas ao capital privado, que não tinha para onde ir, e serviços de utilidade pública como água, eletricidade, telecomunicações e transporte – para não falar de educação, habitação e saúde – tiveram de ser abertas para as bênçãos da iniciativa privada e a economia de mercado (HARVEY, 2011, p. 32-33).

No Brasil, esse processo de financeirização avança mostrando várias faces, entre as quais destacamos apenas duas: (1) o Estado brasileiro induziu a expansão do setor de educação superior privada conforme evidenciam os estudos dos coletivos de pesquisadores que atuam no interior da ANPED (grupos voltados à análise das políticas para a educação superior (LEHER, 2021; SEKI, 2021)); (2) numa outra face, uma matéria de *El País* (OLIVEIRA, 2021) explicita o projeto do grande capital para o Brasil: desindustrialização e produção de *commodities* (desenvolvendo-se a agroindústria, o setor energético, transportes por via asfáltica, fluvial e marítima e a mineração) para exportação (CNI, 2021). Os dados acerca do fechamento de parques industriais e índices de exportação e tipos de produtos (CNI, 2021) que o Brasil está exportando confirmam essa predominância.

O resultado direto desse processo é a expansão do desemprego de massas de trabalhadores vinculadas às cadeias produtivas que estão sendo encerradas; a imensa massa de desempregados pressiona para baixo os salários, o que, facilitado pelo enfraquecimento das organizações de classe, viabiliza as condições para a retirada de direitos, particularmente gritante nas reformas trabalhista e previdenciária. Vivemos nos últimos 30 anos um intenso processo de reformas trabalhistas e educacionais que concretizam transformações na oferta/disponibilidade de postos de trabalho, no tempo de duração dessa vaga e no tipo de qualificação necessária para ocupá-la; transformações reunidas por Ricardo Antunes como o “Privilégio da Servidão” a uma lógica de “Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0”. É no seio desse conjunto de transformações que nos parece ser necessário ler o conjunto de proposições de diretrizes para a formação da classe trabalhadora em geral (expresso na BNCC) e para a transformação da formação dos que formam a classe trabalhadora (expresso nas Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores e seus desdobramentos na reforma das licenciaturas).

É exatamente nessa conjuntura que a educação começa a rimar com mercadoria de forma mais universal. Observe-se que a formação da classe trabalhadora para a adaptação às relações de produção capitalistas e para a aprendizagem dos processos de trabalho em determinados ramos

produtivos é muito antiga nas relações de produção capitalistas, ora sendo resolvidas essas necessidades pelo Estado, ora sendo resolvidas pelo indivíduo em troca de porções de salário e a título de investimento em seu próprio “capital humano”. Observe-se ainda que a LDB de 1988 não impediu o comércio da educação; ao contrário, o estimulou e subsidiou.

Agora, entretanto, passamos a ter um processo de expansão da educação como um *negócio* à parte, que viabiliza, simultaneamente, (a) a extração de mais valia, (b) a circulação do valor e (c) a contenção de uma imensa massa de população expulsa das relações de produção. Vemos isso particularmente (i) no avanço da formação de grandes corporações de empresas educacionais que operam multiplicando a extração de mais valia e a circulação do valor preferencialmente em operações financeiras; (ii) no aprofundamento da transferência da educação e do trabalho dos professores para a robótica, inteligência artificial e informática, que aprofunda-se na EaD e na rede mundial de computadores; e (iii) no avanço do controle de massas de trabalhadores expulsas do mercado de trabalho em uma formação reduzida ao elementar para o trabalho simples, precário, de tempo curto, confessionalizada ou sob o controle militarizado, em uma perspectiva conservadora e reacionária em que ressurgem com força assustadora a fascistização e a eliminação do divergente.

MEMBROS DA CLASSE TRABALHADORA E RESPONSÁVEIS POR SUA FORMAÇÃO

Estamos defendendo que “[...] nesta fase de predomínio do ultraliberalismo na direção da política econômica, o destino dos professores encontra-se determinado pelo destino da classe trabalhadora” (PEIXOTO, 2023).

[...] não podemos mapear os desafios da formação de professores sem compreender rigorosamente as tendências da formação da classe trabalhadora como um todo. E estas tendências estão intimamente correlacionadas com as tendências na projeção ultraliberal para o emprego desta força de trabalho. O emprego da força de trabalho-professor depende diretamente do reservado aos professores na projeção ultraliberal das políticas para o trabalho e formação da classe trabalhadora como um todo (PEIXOTO, 2023).

Só podemos nos referir à formação de subjetividades para a (re)existência se trabalharmos para formar as consciências dos professores para a complexidade da intervenção no atual estágio de desenvolvimento das relações de produção capitalistas na formação social brasileira. Um estudo do Sistema Nacional de Educação realmente existente evidencia o grau de desenvolvimento da disputa pela formação da classe trabalhadora brasileira. Essa disputa é tão acirrada que se dá organizada por ramos de produção (Sistema “S” – Senac, Senai, Senat), por diferentes tipos de confessionalismos⁸ (adventistas, luteranos, católicos, evangélicos, entre outras confissões religiosas), sob a interferência militar (que marca desde o início do século XX a formação de todo um segmento de trabalhadores da segurança pública; influenciou significativamente a formação dos professores de educação física e, neste momento do século XXI, se alarga com a militarização das escolas), sob a influência do setor bancário (Fundação Bradesco⁹, Fundação Itau¹⁰), sem contar a diversidade de níveis e modalidades de ensino ofertados pelas esferas públicas municipal, estadual e federal e, de forma mais intensificada e alargada, mais recentemente, a Educação a Distância (estamos considerando que a disputa pela EaD já está presente nos anos 90 do século XX, mas é no ciclo pandêmico 2020-2022 que ela se coloca de forma mais agressiva, exigindo transformações profundas na formação dos professores e transformando violentamente as condições de trabalho). Sem esquecer que a classe trabalhadora organizada também vai compreendendo a necessidade de disputar a formação de quadros (Escola Nacional Florestan Fernandes, Programa Nacional de Formação do Campo ou o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio).

Ora, é frente a essa disputa que devemos discutir e sustentar um projeto para a direção da formação de “subjetivações para (re)existências”. Aqui, o debate que trata da formação de professores precisa superar uma referência genérica e abstrata a uma formação humana descarnada e desencarnada

⁸ Ver verbete Confessional.

⁹ Fundação Bradesco - <https://fundacao.bradesco/pt-BR/Escolas>

¹⁰ Fundação Itaú - <https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/>

e começar a fazer referência às formas concretas do trabalho educativo, às condições concretas nas quais os professores efetivamente atuam. É decisivo compreender a cadeia de instituições que estão disputando a formação dos professores, e, nesse processo, compreender que a direção da formação de “subjettivações para (re)existências” não pode ser mais uma alusão abstrata, genérica, idealizada e idealista ao fazer-se professor. Pelo contrário, exige o reconhecimento de que há luta de classes, de que há disputa entre as frações de classe de proprietário de forças produtivas pela direção da formação de professores, que há disputa pela delimitação daquilo que pode ser e até onde pode ir essa subjettividade para (re)existir. E isso está determinando o nosso trabalho de formar os que formam. As investigações no âmbito das políticas educacionais já revelaram as condicionalidades do Banco Mundial, e já estão mais que reveladas as íntimas conexões entre o avanço capitalista sobre a educação pública, os processos de reestruturação produtiva e as diretrizes da OCDE.

Ora, em termos materialistas e dialéticos, quais desafios enfrentamos?

Entendemos que o ponto de partida para a formação de “subjettivações para (re)existências” é a retomada rigorosa das referências que explicam as relações de produção capitalistas e, nelas, o problema da educação da classe trabalhadora que o capital trabalha para não permitir escapar de suas mãos. A reivindicada formação dos professores para a prática não pode mais escapar da obrigação de formar professores para a crítica da economia política da educação. A formação dos professores para a prática não pode mais negar aos professores o entendimento dos processos de produção/extração e circulação de valor e mais valor que determinam o ataque capitalista à educação pública e a conversão da educação de forma majoritária a um negócio voltado ao lucro privado. Formar subjettivações para resistências em cenário de incertezas exige a ida à raiz daquilo que funda as incertezas! Exige ir à raiz daquilo que demanda (re)existência: a impossibilidade de vida nas relações de produção capitalistas regidas pelo ultraliberalismo exige a produção de novas relações de produção. É aqui que urge retomar a prática em termos materialistas e

dialéticos como transformação material, que encontra entre suas figuras, com certeza, o trabalho educativo/pedagógico, mas, para além dele, encontra também o aprofundamento na luta política pela educação da classe trabalhadora, que inclui em seu seio o professorado. E o desafio passa a ser formar as subjetividades para compreender as possibilidades e os limites concretos da participação dos professores na transformação material das relações de produção capitalistas, o que exige o alinhamento dos professores, como categoria profissional, com o restante da classe trabalhadora. Exige a ruptura das barreiras que têm impedido a atuação da classe trabalhadora brasileira como *classe para si*.

É mais uma vez o problema da verdade que entra em cena! É mais uma vez o problema da formação com verdade, enquanto correspondência entre realidade e consciência, que assoma, historicamente reprimido pelo anticientificismo, pelos irracionalismos e, agora, pelo conservadorismo e fascismo que ressurgem com violência. Formar subjetivações para resistências em cenário de incertezas exige a coragem de formar para investigar a verdade sobre as transformações que as relações de produção capitalistas estão promovendo na formação da classe trabalhadora, tornando urgente para os capitalistas promover mais uma¹¹ reforma da formação dos professores. Nesse processo, não podemos ficar restritos a identificar as orientações filosóficas e pedagógicas que estão sendo propostas. A formação para a transformação material exige que os professores conheçam as determinações da economia política. Mas esse conhecimento não é suficiente. É necessária atuação coletiva direcionada à finalidade de superação das relações de produção capitalistas retomando nossa inserção em movimentos sociais, sindicatos e partidos.

Ora, em uma mesa que põe no centro a dimensão do indivíduo/subjetividade que se depara com o desgosto das incertezas e carece resistir e aprender a (re)existir, é necessário explicar/problematizar os limites de uma análise que coloca os membros professores da classe

¹¹ Ao longo de todo o século XX na formação social brasileira, a formação de professores vem sendo redirecionada. Ver toda a crítica de Saviani aos escolanovismos e à escola tecnicista.

trabalhadora presa às referências liberais. Propor resistência nos limites daquilo que o liberalismo burguês autoriza é mover-se em círculos fechados! Nosso desafio, conforme entendemos, é outro! Nosso desafio consiste em recuperar o horizonte de superação das relações de produção capitalistas que se desenvolvem no século XIX entre a utopia e a ciência como socialismo científico.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. M. F.; GARCIA, T. de O. G. Educação a domicílio: o mercado bate à sua porta. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 433–446, 2018. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/783>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ALENTEJANO, P.; CORDEIRO, T. 80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos. **MST**, [S. l.], 28 nov. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/11/28/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARATA-MOURA, J. B. A prática como transformação material. In: **Prática: para uma aclaração do seu sentido filosófico**. Lisboa: Edições Colibri, 1994. P. 87-104

BARBOSA, L. M. R. Homeschooling no Brasil: ampliação do direito à educação ou via de privatização? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p.153-168, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/6gQVvGg8KYBBNfjWBhfVx6B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BERTÃO, N. Veja o salário médio de um professor em cada estado brasileiro. **Valor Investe**, São Paulo, 16 out. 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreenda-se/noticia/2021/10/16/veja-o-salario-medio-de-um-professor-em-cada-estado-brasileiro.ghtml>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRITO, E. P. P. E.; REZENDE, M. P. “Disciplinando a vida, a começar pela escola”: a militarização das escolas públicas do estado da Bahia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 844-863, maio 2019. Disponível em:



http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932019000300844&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2023.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Exportação no Brasil**: presença no mercado global. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/exportacao-e-comercio-exterior/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CHESNAIS, F. A finança capitalista. São Paulo: Alameda, 2010.

CHESNAIS, F. A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

CONFESSIONAL. **Dicio**. Dicionário online de Português, [S. d.]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/confessional/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Salário mínimo nominal e necessário. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 17 mar. 2023.

ENGELS, F. **O desenvolvimento do socialismo da utopia à ciência**. Lisboa: Edições Avante!, 2018.

EVANGELISTA, O. *et al.* Violência do Estado contra docentes: resposta na ponta da língua. **Universidade à Esquerda**, [S. l.], 12 abr. 2022. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/coluna/violencia-do-estado-contra-docentes-resposta-na-ponta-da-lingua/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

FACCI, M. G. D. O adoecimento do professor frente à violência na escola. **Fractal: Revista de Psicologia**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 130-142, jul. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/YfVf8PZtTKfvy3W4HRJhbxB/?lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2023.

FILGUEIRAS, L. A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites da sua superação. **Revista Crítica Marxista**, [S. l.], n. 30, p. 21-27, 2010. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo177Artigo2.pdf. Acesso em: 17 mar. 2022.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” Partido**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017. p. 17-34.

GOMES, T. A. M. de M.; LEHER, R.; COSTA, H. B. O trabalho docente em grupos empresariais de ensino superior e o mercado de ações na bolsa de valores:

um estudo a partir dos conflitos. **Arquivo analítico de políticas educativas**, [S. l.], v. 28, n. 8, 2020. Disponível em:

<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4902/2366>. Acesso em: 17 mar. 2023.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

JACOMINI, M. A.; GIL, J.; CASTRO, E. C. de. A Lei do Piso e a jornada: o trabalho docente nos estados. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 259–273, 2019. Disponível em:

<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/918>. Acesso em: 20 mar. 2023.

KUENZER, A. A precarização do trabalho docente: o ajuste normativo encerrando o ciclo. In: AFONSO, C. et al. (Org.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Vol. 2. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2021. p. 235-250.

LAMOSA, R. O trabalho docente no período de pandemia: ataques, lutas e resistências. In: AFONSO, C. et al. (Org.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Vol. 2. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2021. p. 104-117.

LEHER, R. Estado, Reforma Administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 9-29, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43851>.

Acesso em: 16 mar. 2023.

LIMA, C. F. et al. **Seminários trabalho e saúde dos professores** – precarização, adoecimento e caminhos para a mudança. São Paulo: FUNDACENTRO, 2023.

MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARCONDES DE MORAES, M. C. de. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, v. 14, n. 1, p. 7-25, 2021.

OLIVEIRA, R. “Vamos virar uma grande fazenda”: Brasil vive acelerada desindustrialização. **El País**, São Paulo, 7 dez. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-12-07/o-brasil-vai-virar-uma-grande-fazenda-um-pais-em-acelerada-desindustrializacao.html>. Acesso em: 11 dez. 2021.

OLIVEIRA, R. P.; BARBOSA, L. M. R. O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. **Pro-Posições**, [S. l.], v. 28, n. 2 (83), maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/WPFRg7bTNjLyZmddPdgSJzJ>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PEIXOTO, E. M. de M. (2023). Concentração de forças produtivas, luta de classes e impossibilidade de um “sistema nacional de educação” unitário. **Revista Trabalho Necessário**, 21 (44), 01-24. <https://doi.org/10.22409/tn.v21i44.56127>

PUENTE, B.; JANONE, L. Endividamento já atinge 77,7% das famílias brasileiras. **CNN Brasil**, Rio de Janeiro, 02 maio 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/endividamento-atinge-777-das-familias-brasileiras-maior-patamar-desde-2010-diz-confederacao/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

RAMOS, M. N. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” Partido**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017. p. 75-85.

RÊSES, E. da S.; PAULO, W. G. de. A posição de docentes da educação básica acerca da militarização de escolas públicas em Goiás. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 700, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/96115>. Acesso em: 22 mar. 2023.

RIBEIRO, R. F.; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social e Sociedade**, [S. l.], n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/By5gtMcMPFJ5V4qf5qKQrFw/?lang=pt#>. Acesso em: 17 mar. 2023.

ROSSI, P. *et al.* Austeridade fiscal e financiamento da educação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 40, e0223456, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kPwjLRdn8xtJwxpt4T8R4NH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2023.

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e020063, 2020. Disponível em:



<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SAVIANI, D. **Educação** – do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 2007.

SEKI, A. K. Apontamentos sobre a financeirização do ensino superior no Brasil (1990-2018). **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 48-71, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43866>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SILVA, A. M. Da uberização à yutuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. **RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 587-610, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/698>. Acesso em: 17 mar. 2023.

SILVA, A. M. da; MOTTA, V. C. da. O precariado professoral e as tendências de precarização que atingem os docentes do setor público. **Roteiro**, Joaçaba, v. 44, n. 3, e20305, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592019000300404&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 17 mar. 2023.

SILVA, J. P.; FISCHER, F. M. O desprestígio dos professores; mitos, certezas e perspectivas. In: LIMA, C. F. *et al.* **Seminários trabalho e saúde dos professores** – precarização, adoecimento e caminhos para a mudança. São Paulo: FUNDACENTRO, 2023. P. 265-285.

SOUZA, V. H. F. de. O que significa o movimento escola sem (com) partido? In: AFONSO, C. *et al.* (Org.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Vol. 2. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2021. p. 104-117.

WOOD, E. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Recebido em: 02 de abril de 2023.
Aprovado em: 23 de maio de 2023.
Publicado em: 02 de junho de 2023.

